

===== ACTA N.º 6/2018 =====

----- ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,  
REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018: -----

----- Aos 20 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- 1.- ANA PAULA SILVA DOS SANTOS – Pedido de Suspensão de Mandato -  
*Apreciação*;-----

----- 2.- RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTOS DO LIXO DO  
MÉDIO TEJO: -----

----- 2.1.- Plano de Dissolução e Liquidação da Resitejo – Associação de Gestão e  
Tratamentos do Lixo do Médio Tejo – *Aprovação*; -----

----- 2.2.- Transmissão Gratuita do Património – *Aprovação*; -----

----- 2.3.- Constituição de Sociedade – RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. –  
*Aprovação*; -----

----- 3.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019 –  
*Aprovação*; -----

----- 4.- MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2019 –  
*Aprovação*; -----

----- 5.- 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO  
DE 2018 – *Aprovação*; -----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção dos membros Senhores/as, D. Ana Filipa Garcia Contente, António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã e Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho.

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora, D. Ana Filipa Garcia Contente, requereu a sua substituição por ausência inferior a 30 dias sendo, a mesma, substituída na presente Sessão, pelo Senhor Sérgio Paulo Moreira Silvestre. -----

b

f

----- O membro Senhor António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, antecipadamente informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pelo seu substituto legal, Senhor Mário Augusto Lopes Moço. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Dr. José Tavares Veiga Silva Maltez, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor António Francisco Oliveira Pires Cardoso, Vice-Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Senhores, Eng.º. António Carlos Poço Godinho, Dr. Luís Filipe Santana Júlio e Pedro Álvaro Ribeiro Terré Rodrigues. -----

----- Quando eram 21 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, face à ausência da Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora D. Ana Filipa Garcia Contente, convidou para exercer as suas funções, nesta Sessão Extraordinária de hoje, a membro Senhora D. Vera Lúcia da Rosa Duarte. Logo após a constituição da Mesa da Assembleia Municipal, declarou aberta a Sessão: -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a membro Senhora D. Ana Filipa Garcia Contente requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo a mesma substituída, na presente Sessão, pelo Senhor Sérgio Paulo Moreira Silvestre. -----

----- Informou igualmente que o membro Senhor António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, em virtude de se encontrar ausente do País se fez representar nesta Sessão Extraordinária pelo seu substituto legal Senhor Mário Augusto Lopes Moço. Por último informou que, o membro Senhor Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, comunicou que não poderia estar presente Sessão de hoje, nem se faria representar por qualquer outro membro do Executivo da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

----- Prestadas estas informações, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1.- ANA PAULA SILVA DOS SANTOS – Pedido de Suspensão de Mandato -  
Apreciação;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do pedido de suspensão do mandato, por um período de 120 dias, apresentado pela membro da CDU Senhora D. Ana Paula Silva dos Santos e deu igualmente conhecimento que a mesma será substituída, neste período pela Senhora D. Maria Lina Santana Júlio aqui presente. -----

----- O membro Senhor Válder Ferreira pediu a palavra para informar a Assembleia que este pedido se prende por questões de saúde. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2.- RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTOS DO LIXO DO MÉDIO TEJO:** -----

----- **2.1.- Plano de Dissolução e Liquidação da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamentos do Lixo do Médio Tejo – Aprovação;** -----

----- **2.2.- Transmissão Gratuita do Património – Aprovação;** -----

----- **2.3.- Constituição de Sociedade – RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada no dia 13 de Dezembro de 2018 que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 1. -----

----- Igualmente foram presentes os documentos em apreço que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 2. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 2.1. da Ordem de Trabalhos – **Plano de Dissolução e Liquidação da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamentos do Lixo do Médio Tejo**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com dois votos contra dos membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----

----- O Ponto 2.2. da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **2.2.- Transmissão Gratuita do Património – Aprovação;** -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 2.2. da Ordem de Trabalhos - **Transmissão Gratuita do Património**, à votação.

----- Aprovado, **por maioria**, com dois votos contra dos membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----

----- O Ponto 2.3. da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **2.3.- Constituição de Sociedade – RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. – Aprovação;** -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 2.3. da Ordem de Trabalhos - **Constituição de Sociedade – RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A.**, à votação. -----



----- Aprovado, **por maioria**, com dois votos contra dos membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----

----- O Terceiro e Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **3.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 13 de Dezembro de 2018, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento nº 3.

----- Foi igualmente presente o documento em apreço que se dá por integralmente reproduzido no documento nº 4 -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra e iniciou a sua intervenção desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos perguntou quais foram as alterações que estiveram na origem da retirada dos pontos na última Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Usou de seguida da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal que, aproveitou a oportunidade para desejar as Boas Festa a todos. -----

----- Respondendo à questão colocada pelo membro Senhor Bruno Medinas, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal referiu que o POCAL é um ponto fulcral uma vez que, como se sabe, obriga a que haja um equilíbrio entre a receita e a despesa. Como também é do conhecimento havia, por parte do Executivo Municipal, a perspectiva de alienação de património municipal, conseguiu-se, recentemente, fazer a escritura, não na totalidade, e isso obrigou a que se tivesse que reduzir a despesa face aquilo que não se conseguiu pôr como património vendável. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Bruno Medinas perguntou que prédios é que estavam aqui em causa, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal informado que um dos prédios é um prédio que a Câmara Municipal tinha na variante e que já por diversas vezes esteve em hasta pública. -----

----- Para complementar esta informação, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal deu a palavra à Senhora Chefe de Divisão Municipal de Administração e Finanças, tendo esta, no uso da palavra, informado que para além do terreno estão também em causa duas habitações sociais. -----

----- Após estas explicações o membro Senhor Bruno perguntou quais são os valores em causa destas tês vendas, tendo a Senhora Chefe de Divisão informado que o valor do terreno foi de 30 mil

euros e embora sem ter bem presente pensa que o valor de uma habitação será de 18 mil e a outra de 10 mil euros. -----

----- O membro Senhor Ricardo Correia usou de seguida da palavra para dizer que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD não exerceu o direito de oposição no entanto através da CMJ o seu representante fez chegar um documento com 35 contributos para o Orçamento sendo que alguns deles foram aprovados o que é algo que os deixa satisfeitos. Acrescentou que esses contributos foram a agenda cultural, a criação de um gabinete de consultoria e empreendedorismo assim como a abertura da rúbrica da requalificação do Campo de Futebol Assunção Coimbra em Azinhaga-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD não concorda com a eliminação da rubrica de Comércio e Iniciativas de Apoio Empresarial e terminou a sua intervenção perguntando qual foi o critério para os cortes na parte da despesa do Orçamento para o Ano de 2019. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou de seguida da palavra para responder às questões colocadas. Referiu que não se preocupa muito com os valores das rúbricas porque quando se entender que é necessário mais verba nessas rúbricas são feitas as respetivas alterações orçamentais. -----

----- Por outro lado, sobre o gabinete de consultoria e empreendedorismo, teceu para o efeito diversas considerações e informou que estão criadas, no Palácio do Pelourinho, as suas condições para poder entrar em funcionamento. -----

----- Relativamente à questão dos critérios esclareceu que, numa Câmara Municipal que é pobre, existem prioridades e como tal esse foi no critério. -----

----- A membro Senhora D. Lina Júlio pediu a palavra para fazer uma reflexão e apresentar os seus pontos de vista e explicar as razões que vão levar os membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU a votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Considera que não proporciona uma correcção de injustiças sociais e apoio social justo porque, por exemplo, são atribuídos apenas 1600 euros para apoio à habitação de estratos sociais desfavorecidos, achando também insuficiente a verba de 2100 euros para apoio à aquisição de medicamentos assim como se regista uma redução no apoio à natalidade cujo modelo mantém injustiças sociais anteriores. -----



----- Ainda no uso da palavra afirmou que apesar de terem aumentado os apoios para reabilitação de habitações municipais e o apoio ao arrendamento habitacional no seu todo esta rúbrica sofreu um decréscimo por ter sido retirada a construção de habitações sociais. Considera, igualmente, que existe uma enorme desproporção no investimento centrado na Vila da Golegã e que pelo segundo ano consecutivo não existe nenhuma proposta de investimento particularmente dirigido aos espaços e vias públicas do Pombalinho, Mato de Miranda, Casal Centeio e também algumas necessidades em São Caetano. Relativamente à Azinhaga frisou que é positiva a intenção de requalificar o Largo da Praça, no entanto, afirmou que o valor atribuído pode ser insuficiente assim como não há atribuição do investimento para a requalificação do Campo Assunção Coimbra face às necessidades que apresenta. -----

----- Após ter tecido mais algumas considerações relativamente à continuação da construção do espaço comunitário do Pombalinho, requalificação do Cine-Teatro Gil Vicente bem como à requalificação das entradas da Vila da Golegã, anunciou que, face aos argumentos apresentados, os membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU irão votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para responder e prestar os devidos esclarecimentos às questões colocadas pela membro atrás citada. -----

----- Teceu para o efeito diversas considerações e quanto à questão do Centro Comunitário do Pombalinho frisou que aquilo que está previsto e aquilo que efectivamente se pretende fazer é a criação de novos postos de trabalho com a instalação de 30 camas para que os idosos possam usufruir deste Centro Comunitário e que para que isso aconteça estão todos empenhados, nomeadamente, a Câmara Municipal da Golegã, Junta de Freguesia e Casa do Povo do Pombalinho, Diocese de Santarém e existe ainda a tentativa de envolver no projecto a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. -----

----- Após a troca de algumas impressões entre a membro Senhora D. Lina Júlio e o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, interveio de seguida o membro Senhor Bruno Medinas para perguntar se, com esta alteração que foi feita ao documento, o Conselho Municipal de Juventude foi chamado a emitir parecer sobre o documento final. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou de seguida da palavra para dizer que aquilo que pode responder é que o Conselho Municipal da Juventude foi chamado para o Orçamento. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Bruno Medinas referiu que, pelo segundo ano consecutivo, o Conselho Municipal de Juventude não se pronunciou sobre o documento final relativamente ao Orçamento, pese embora ter tido a oportunidade de se pronunciar relativamente a um Orçamento que entretanto foi alterado. Teceu ainda diversas críticas à Câmara Municipal relativamente à sua atuação para com o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando que sendo o Orçamento um documento político entende que o mesmo só deve ser aprovado por quem faz parte do Executivo ou então, sendo estritamente necessário para a sua viabilização, por quem ache que é necessário viabilizar. -----

----- Face ao que acabou de referir anunciou que os membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo irão votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou da palavra para dizer que não aceita a falta de quórum do Conselho Municipal da Juventude manifestando um total desrespeito face à Câmara Municipal aquando do Orçamento. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com 4 votos contra e duas abstenções, sendo 2 votos contra do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, 2 do Grupo Parlamentar Movimento Sangue Novo e as duas abstenções do Grupo Parlamentar Municipal do PSD. -----

----- O Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **4.- MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2019 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 13 de Dezembro de 2018, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento nº 5.

----- Igualmente foi presente o documento em apreço, que se dá por integralmente reproduzido no documento nº 6.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – **MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2019**, à votação. -----

Aprovado, **por maioria**, com duas abstenções do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----



----- O Quinto e último Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **5.- 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018 – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 13 de Dezembro de 2018, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento nº 7.

----- Igualmente foi presente o documento em apreço, que se dá por integralmente reproduzido no documento nº 8.-----

----- O membro Senhor Joaquim Morgado pediu a palavra para tecer diversas considerações relativamente ao documento agora em discussão manifestando à Assembleia a visão do Grupo Parlamentar Municipal do PSD em relação ao mesmo. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para dizer que embora não concorde com muitas das palavras proferidas pelo membro atrás citado, no entanto, não tem mais nada a acrescentar uma vez que aquela é a sua maneira de ver as coisas. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas usou de seguida da palavra para, relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, que tem tudo a ver com aquilo que foi a execução do Orçamento do ano de 2018, tecer diversos considerandos, nomeadamente, fazendo comparações com o Executivo anterior que, segundo afirmou, fez as maiores obras dos últimos 40 anos, terminando a sua intervenção afirmando que, em termos de execução, este Executivo anda há 15 meses para concluir uma obra e não há meio de ela ser concluída. -----

----- Depois de devidamente autorizado o Vereador Senhor Engº. Carlos Godinho usou da palavra para relativamente ao Equuspolis esclarecer que aquilo que lá está é algo anormal para o projecto em questão e que o resultado está à vista e só não está terminado por causa do legado que foi deixado. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Bruno Medinas perguntou se já há algum prazo previsto para a conclusão da obra, tendo para o efeito o Vereador Senhor Carlos Godinho, depois de devidamente autorizado, respondido que tudo aquilo que está a colocar agora é derivado à maneira como as coisas foram feitas inicialmente. -----

----- Após o membro Senhor Bruno Medinas e o Vereador Senhor Carlos Godinho terem trocado mais algumas considerações relativamente à obra do Equuspolis, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que não é verdade aquilo que foi dito pelo membro Senhor Bruno Medinas quando afirmou que o Executivo anterior fez as maiores obras dos

últimos 40 anos, enumerando, para o efeito, algumas das obras entretanto realizadas, nomeadamente a rede de saneamento e de águas do Pombalinho, a pavimentação das ruas da Azinhaga e a sua rede águas assim como a construção da ETAR entre muitas outras. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou de seguida da palavra para, relativamente a esta Revisão, dizer que, efectivamente, ela tem a ver com a execução do Orçamento mas nada tem a ver para que fique dentro dos parâmetros que o membro Senhor Joaquim Morgado referiu porque se se verificar, todas as execuções feitas desde 2012 até 2017, todas elas, com exceção da de 2016 ficaram abaixo dos 85% de execução não tendo havido, por esse motivo, qualquer penalização para o Município. -----

----- Relativamente às verbas que foram retiradas esclareceu que esta situação se prende essencialmente com os Fundos Comunitários. Como se sabe, existem projectos que, no ano de 2018, estão em fase de concurso, nomeadamente, a obra dos diques e a da eficiência energética. Estava prevista a execução de parte dessas obras mas, como ainda estão em fase de concurso, as mesmas vão avançar apenas em 2019 pelo que face a essa situação não haverá financiamento de obras que não foram realizadas. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que efectivamente não concorda que as execuções orçamentais fiquem sempre na ordem dos 70 a 71%. -----

----- Após os membros Senhores Joaquim Morgado, Bruno Medinas, Carlos Santos e Ricardo Correia, terem tecido mais algumas considerações relativamente ao assunto em apreço e não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos - **2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com 6 abstenções, duas dos membros do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, duas do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Nove e duas dos membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD. -----

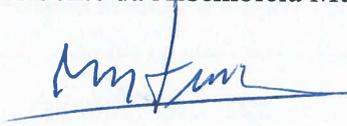
----- Esgotada a Ordem de Trabalho e não havendo mais nada a tratar, passou-se de imediato ao Período de Intervenção do Público. -----

----- Não havendo público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução à deliberação tomada na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da

Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2.1, 2.2, 2.3, 3, 4 e 5 da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 22 horas e 25 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa desejou as Boas Festas a todos e deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de aprovada vai por si ser assinada bem como pelo Coordenador Técnico, António Manuel Alves de Sousa Riachos, que a lavrou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;



O Coordenador Técnico;

